
**O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS E A
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS: histórias de vida em
Palma Sola e Anchieta, SC**

**THE MOVEMENT OF PEASANT WOMEN AND THE
CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE: life stories in Palma Sola and
Anchieta, SC**

Renata Rocha Gadelha

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
regadelha@hotmail.com

Resumo

A partir da história de vida e da observação participante e não participante, esta pesquisa foi realizada com cinco camponesas do oeste catarinense. O objetivo foi identificar as transformações econômicas e culturais nas trajetórias de vida dessas mulheres e como as mesmas impactaram na construção de seus conhecimentos e manejo agrícola. Partindo do contexto de suas infâncias, as transformações com a chegada da Revolução Verde e, posteriormente, as modificações com a participação das mesmas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A pesquisa revelou que o MMC, através de suas lutas, contribui para a conquista de condições materiais e simbólicas que permitem a permanência da mulher no campo e a reconquista de sua autonomia na construção de seus conhecimentos.

Palavras-chave: Conhecimentos agrícolas tradicionais. Gênero. Agroecologia.

Abstract

Based on life history and participant and non-participant observation, this research was carried out with five peasant women from western Santa Catarina. The objective was to identify the economic and cultural changes in the life trajectories of these women and how they impacted the construction of their knowledge and agricultural management. Starting from the context of their childhood, the changes with the arrival of the Green Revolution and, later, the changes with their participation in the Movement of Peasant Women (MMC). The research revealed that MMC, through its struggles, contributes to the achievement of material and symbolic conditions that allow women to remain in the countryside and the regaining of their autonomy in the construction of their knowledge.

Keywords: Traditional agricultural knowledge. Gender. Agroecology.

Introdução

Neste artigo nosso objetivo é identificar as transformações econômicas e culturais nas trajetórias de vida de cinco camponesas que fazem parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Anchieta e Palma Sola, municípios do oeste catarinense, e como as mesmas impactaram na construção de seus conhecimentos e manejo agrícola. Nosso foco foi compreender as mudanças, no decorrer da vida dessas mulheres, que condicionaram a forma delas construir seus conhecimentos (impactando em suas práticas): partindo de sua socialização na infância, mudanças na juventude e casamento, até sua participação no MMC. A partir de uma perspectiva materialista histórica dialética (KOSIK, 1969) e fazendo uso do método de coleta de dados da história de vida e da observação participante e não participante (MARCONI e LAKATOS, 2017), a pesquisa de campo foi realizada pelo período de uma semana, em fevereiro de 2020, nos sítios de cinco camponesas pertencentes ao MMC SC, em Palma Sola e Anchieta, cujas características são descritas a seguir.

Tabela 1: Santa Catarina - Características das camponesas e dos sítios

| CAMPONESA Ascendência | Município | Idade (Ano nascimento) | Escolaridade | Filhos | Área do sítio (hectares) | Titularidade da terra |
|---------------------------------|------------|------------------------|----------------------|--------|--------------------------|------------------------|
| Ivanete Mantelli (Italiana) | Palma Sola | 51 (1969) | Superior Completo | 2 | 60 a 70 | Marido |
| Lourdes Schein (Italiana) | Palma Sola | 55 (1965) | 5º ano (Fundamental) | 2 | 12,9 | Casal |
| Noemi Krefta (Russa e alemã) | Palma Sola | 58 (1962) | Superior Completo | 2 | 3 | Casal |
| Zenaide Milan (Italiana) | Anchieta | 56 (1964) | Fundamental Completo | 2 | 2,8 | Dela, dos irmãos e pai |
| Mirian Dalla Vecchia (Italiana) | Anchieta | 69 (1951) | Fundamental Completo | 3 | 15 | Marido |

Fonte: A autora, 2020.

O presente texto está dividido em diferentes temporalidades: uma que corresponde ao período anterior a entrada das mulheres no MMC¹ e outra que aborda as transformações após a participação no Movimento. Foram apresentadas as influências econômicas e culturais na vida das camponesas, que impactaram na forma das mesmas construir seus conhecimentos. Além disso, buscamos identificar como as relações de gênero estão imbricadas nesses processos econômicos e culturais, apontando como as transformações ocorridas no campo, a partir da modernização conservadora, impactaram de forma diferenciada e mais intensa a vida das mulheres.

Para descrever o período anterior à entrada das camponesas no MMC apresentamos elementos: do período da colonização dos municípios; do início da especialização produtiva e Revolução Verde na região; de como essas transformações levaram ao êxodo rural e enfraquecimento da cultura camponesa; das relações de gênero presentes nesse período; da atualidade dos manejos produtivos e comercialização nos municípios estudados. Em seguida, apresentamos as transformações ocorridas na vida das camponesas, após sua entrada no MMC, levando em consideração os seguintes aspectos: relações de gênero; relações com a natureza; a construção da autoestima das mulheres enquanto camponesas.

Da colonização à modernização: a perspectiva das camponesas

Colonas(os) e a Perspectiva da Subsistência

Palma Sola e Anchieta são municípios situados no extremo oeste catarinense, colonizados por descendentes de imigrantes europeus na década de 1920². Os pais das camponesas entrevistadas são originários do Rio Grande do Sul, na maioria, descendente de italianos(as) e, de uma camponesa, de alemães e russos. A formação de colônias nessa região ocorreu, sobretudo, a partir de entidades lucrativas, por empresas colonizadoras

¹ O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se consolidou em 2004, a partir da unificação de diferentes movimentos sociais autônomos de mulheres do campo no Brasil. Antes, cada estado tinha seu movimento e organização próprios. Em SC, em 1984, foi criada a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA) que, em 1986, se tornou o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Em 2004, o MMA se unifica no MMC.

² A ocupação do oeste de SC iniciou-se com indígenas. A partir de 1850, começam a aparecer homens brancos: missionários, bandeirantes, militares. De 1850 até 1926, forma-se uma população cabocla que trabalha com a extração de madeira (PLEIN, 2005).

que vendiam as terras para as famílias agricultoras, em lotes de 24,2 hectares (PLEIN, 2005).

Os pais de Zenaide e de Mirian foram a sexta família a chegar em Anchieta/SC. Até 1970, essa região manteve-se como um espaço social relativamente fechado, com pouca interferência de valores urbanos devido, sobretudo, à distância geográfica. As características do modo de vida colonial eram: o acesso à terra por herança ou compra; o policultivo com foco na subsistência da família e venda da produção excedente, com o trabalho sendo realizado pelos membros da família, forte sociabilidade local e relações de reciprocidade (PLEIN, 2005).

Quando os(as) colonos(as) chegaram no oeste de SC, trouxeram o mesmo sistema de plantio feito no RS: “rotação de terras” (*coivara*) (PLEIN, 2005). Zenaide informa que, quando criança, por volta da década de 1970, observava que a *coivara* era uma das formas de manejar as terras no sítio de sua família em Anchieta. Contudo, uma vez que a mata havia sido queimada e a terra cultivada, no ano seguinte, iniciava-se a prática de lavrar (arar) e envergar. Ou seja, uma mistura de técnicas indígenas com as trazidas da Europa.

No início, devido à distância dos grandes centros urbanos e às poucas vias e meios de transporte, as colônias tinham que ser autossuficientes. E, de fato, elas construíram essa autossuficiência que era motivo de orgulho em se identificar como colona(o) (DORIGON e RENK, 2011). Mello (2006) entende esse período, no oeste catarinense, como um “microcosmo fechado”, no qual o papel da família era fundamental na transmissão de valores, para a formação da identidade colona das novas gerações. “Essa identificação se dá, pelo lado da família, por intermédio da socialização para o trabalho, quando as crianças, desde muito cedo, são incentivadas a ajudar nos serviços mais leves, com o aumento das responsabilidades conforme avançava a idade” (MELLO, 2006, p. 3). E nesse processo de socialização, os rapazes reproduziam os trabalhos do pai, e as moças, os trabalhos da mãe (MELLO, 2006).

Havia orgulho em ser colona(o) e os esforços das famílias eram todos voltados para que as gerações futuras fossem capazes de continuar vivendo como tais. Quando a família não conseguia manter todos(as) os(as) filhos(as) na terra, a opção pelo trabalho assalariado era avaliada como algo inferior, uma piora na condição de vida (MELLO, 2006). Podemos perceber aqui, a presença da perspectiva da subsistência (MIES e BENNHOLDT-THOMSEN, 1999) na vida dessas famílias camponesas, a valorização de

seu trabalho como reprodutor de sua própria existência e não através da obtenção de salário, sendo compreendido que viver a partir do assalariamento é uma piora na vida.

Especialização Produtiva e Revolução Verde

A partir das décadas de 1940 e 1950, “com o desenvolvimento urbano-industrial do país, e a melhoria das condições de transporte (estradas e caminhões), aumenta a demanda por produtos como a banha, o que impulsiona a criação de suíno com essa finalidade” (PLEIN, 2005, p. 95). Da mesma forma, aumenta a possibilidade de escoar, comercializar, a produção camponesa e o acesso a mercadorias produzidas fora das colônias. Com isso, os agricultores começam a se preocupar mais com a venda, com a geração de recursos monetários. Em princípio, na região oeste de SC, o que mais se comercializava era banha e fumo (PLEIN, 2005).

Sendo assim, inicia-se a especialização produtiva: milho e suíno, tendo em vista a produção de banha para a comercialização. Os pais de Mirian e Zenaide tinham uma grande criação de suínos: “*teve vezes de ter até 70, 80, porcos em uma só pegada. Depois foi diminuindo, foi eliminando as porcas, porque as filhas foram indo embora*” (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020). Em Palma Sola, o fumo esteve presente na história de vida de Lourdes e Noemi. E, em Anchieta, na história de vida de Mirian, após casada. Lourdes relatou que essa foi a atividade produtiva realizada na casa de seus pais até os anos 2000: o fumo para venda e o cultivo diversificado para o autoconsumo.

Esse início de especialização produtiva levou ao aumento nos volumes de produção mas, também, ao aumento no uso da força de trabalho familiar. “De outro lado, impulsionaram uma maior integração aos mercados e ao comércio, ocasionando uma monetarização, cada vez mais intensa, da vida social e econômica da colônia” (PLEIN, 2005, p. 98). Todavia, apesar dessa especialização produtiva para a comercialização, a produção diversificada para o autoconsumo se manteve. Assim como, se conservaram os valores e a autoestima em se identificar como colona(o) (MELLO, 2006).

A mudança mais drástica começou na região após 1970, quando iniciou o processo de modernização da agricultura e a subordinação ao mercado dos produtos agrícolas (a jusante e a montante) (DORIGON e RENK, 2018, p. 124). Isso ocorreu com a família de Zenaide e Mirian. “*Nos anos 1970, com o chamado pacote verde, que daí começou esses*

projetos e coisa. Primeiro, era a ACARESC³, hoje é a EPAGRI, que dava assistência para os agricultores. Quando começou a vir essa chamada tecnologia, uma coisa diferente” (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

A tal da Revolução Verde que diziam, na década de 1980. Assim, os técnicos vinham e diziam toda aquela propaganda, sabe?! Que parecia que ninguém mais ia trabalhar, e ele [o pai] tentou uns anos. Mas, ele percebeu que não tava tendo lucro e ainda do que ele conseguia produzir ele tinha que tirar pra levar lá, pra [agro]pecuária, pra pagar o adubo químico, pra pagar os venenos, que ele tinha pegado. Ai ele foi desistindo. Ele passou veneno no milho, porque daí: “ah, eu vou poder fazer mais roça”. Quando ele começou a se dar conta, que é o contrário, ai ou ele enchia de adubo químico ou ele não conseguia mais produzir (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Mirian informa que foi em 1980 que o processo de modernização na agricultura intensificou-se e seus efeitos passaram a ser sentidos em Anchieta. Dentre eles, a perda da diversidade produtiva: “Eles foram largando mão de algumas coisas e achando que aquela sementinha lá da agropecuária, que o técnico vinha, que fazia toda aquela propaganda, era melhor! E foi se deixando de lado [as sementes crioulas]” (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020). Contudo, em relação às sementes que sua mãe cultivava, cuidava e reproduzia, essas foram conservadas.

Assim, digamos, as plantas que se usa mais para a alimentação, da horta, dessas coisas, dessas miudezas que se diz, a minha mãe sempre manteve as variedades. Tanto que nós, ainda hoje, temos variedades de feijões, de radichi, de ervilha, que nossos pais trouxeram há 65 anos do Rio Grande. E a gente continua mantendo. Conseguimos manter a variedade e ela não perdeu a qualidade também. Mas, assim, muita coisa se perdeu, e muita coisa hoje se está resgatando com esses encontros [do MMC e Feiras de Sementes Crioulas] (Mirian, Anchieta, 02/2020).

Aqui podemos perceber o fenômeno dos homens aproximarem-se da modernização e mercados, levando à perda de seus saberes e práticas tradicionais, enquanto, as mulheres mantiveram seu trabalho de produção diversificada voltada para o autoconsumo das famílias, nas hortas e quintais produtivos. A camponesa relata que na sua história de vida, com seu companheiro, não foi diferente.

História similar ocorreu na vida de Noemi. Em boa parte de sua infância-juventude, a produção era feita apenas com os insumos locais (do próprio sítio). Contudo,

³ ACARESC foi a associação de crédito e assistência técnica de Santa Catarina. Criada em 1956, atuou por 35 anos como órgão oficial de extensão rural de SC. Como informa Mirian, ela foi substituída pela EPAGRI. Em 1991, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, foi criada como órgão oficial de extensão rural e pesquisa agropecuária do estado de Santa Catarina.

em um determinado período, seu pai passou a fazer uso de venenos com o objetivo de aumentar a produção. O pai da camponesa não tinha o costume consultar a esposa, sendo assim, essa foi uma decisão dele. Além do uso de agrotóxicos, ela observou que, com o aumento na produção da lavoura de soja, milho e, posteriormente, de fumo, iniciou-se um processo de perda da diversidade das sementes e mudas que eles possuíam. Pois, como informa Noemi: além de destinar mais terra a esses monocultivos, foi necessário, também, dedicar mais tempo aos mesmos. Quanto mais tempo era preciso dedicar às monoculturas, menos tempo tinha para trabalhar, conservar, cuidar, da produção diversificada. Com isso, apesar da produção para o autoconsumo se manter o tempo todo, iniciou-se um processo de perda da diversificação: se antes tinham 4 ou 5 tipos de batata doce, agora, vão produzir uma ou duas. Com a perda das sementes, esvai-se também, os saberes sobre seu cultivo, manejo, processamento etc.

Êxodo rural e Enfraquecimento das Redes de Sociabilidade e Cultura Camponesa

Segundo Mello (2006), o maior acesso ao sistema de ensino e a meios de comunicação contribuiriam para a dominação simbólica do mundo urbano sobre o rural. Os antigos valores camponeses começam a ser avaliados de forma negativa e os da vida urbana, a ser considerados de forma positiva, como avanço e progresso. Fenômeno similar foi identificado em diversos estudos de caso ao redor do mundo (HOWARD, 2003). Quanto mais o capitalismo e a modernização avançam no campo, os valores da cultura urbana-moderna também avançam, transmutando valores que antes eram compreendidos como positivos (reprodução da vida a partir do próprio trabalho e não pela aquisição de salário; a autonomia na construção do próprio conhecimento) em negativos (sinônimos de atraso, pobreza e inferioridade) (MIES e BENNHOLDT-THOMSEN, 1999).

Entre os(as) jovens, isso teria impulsionado sua migração para as cidades, como forma de rejeitar a vida “atrasada” de colono(a) e alcançar a vida moderna urbana (MELLO, 2006). Tudo isso contribui para que entre os anos de 1991 e 2000, o meio rural do oeste catarinense perdesse 178 mil pessoas (DORIGON e RENK, 2018). O problema da sucessão rural no oeste catarinense foi estudado por alguns autores (SILVESTRO *et al.*, 2001; MELLO, 2006; DORIGON e RENK, 2018), que revelaram a inexistência de

sucedores em muitos estabelecimentos. Estes estudos corroboram com os dados de nossa pesquisa, pois das cinco camponesas entrevistadas, apenas uma tem uma filha que ficou no campo e outra tem chances de ter uma sucessora em sua unidade familiar: uma filha que está cursando agronomia. Os(as) filhos(as) das outras camponesas, que já são adultos(as), migraram para a cidade ou trabalham como assalariados(as) em serviços urbanos (vivendo ainda na área rural), sem perspectiva em dar continuidade aos trabalhos no campo.

Com o êxodo ocorre o desaparecimento de comunidades inteiras. Isto, “coloca em risco a permanência dos que ainda continuam no meio rural, uma vez que também enfraquece o tecido social e as redes de relações” (MELLO, 2006, p. 6). Zenaide observa que, em Anchieta, hoje, há mais adultos e idosos. Segundo ela, isso ocorre pois, no município, não há opção de emprego para os(as) jovens e pouco incentivo para que eles(as) permaneçam no campo⁴. *“Tem comunidades que há 30 anos atrás tinha de 25 a 30 famílias. Agora tem 2 ou 3 famílias. (...) Tem uma comunidade do lado que tá só um casal e era uma comunidade que, há anos atrás, era bem grande. Tanto é que: a escolinha fechou, o salão da comunidade fechou”* (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Mirian ressalta que, mesmo as famílias que ainda permanecem no campo, estas estão com seu modo de vida muito alterado. Por um lado, devido à nova forma de produzir que se especializou, focando-se apenas em poucas culturas e criações destinadas à venda e, por outro, devido à modificação de valores: não há mais valorização na produção para o autoconsumo, hoje, tudo se compra no mercado.

A maioria que não tem essa consciência: vamos lá plantar essa batata, que aquela eu sei que é batata de verdade. Só plantam pastagem, e ainda passam veneno! Aí produzem silagem pra produzir o leite. A maioria compra [os alimentos] no mercado. Tem muitos agricultores que têm frutas e vão comprar refrigerante no mercado. Compra margarina e deixa a nata pro laticínio (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

⁴ Os dados do IBGE confirmam o processo de êxodo da população, dessas cidades rurais. Segundo o Censo do IBGE, de 2010, Anchieta abrigava 6.380 pessoas, em 2019, a estimativa é que tenha decrescido para 5.638 (uma perda de 742 habitantes). Já Palma Sola, em 2010, possuía 7.765 habitantes. Em 2019, a estimativa é que a população tivesse decrescido para 7.423 (diminuição de 342 habitantes). Os dados do Censo agropecuário (IBGE, 2017), confirmam o processo de envelhecimento no campo. Em relação à idade dos responsáveis, por estabelecimento, temos que, em Anchieta, 7% tinham até 35 anos (jovens), 48% tinham de 35 a 55 anos e 45% possuíam mais de 55 anos. Já em Palma Sola, 15% tinham até 35 anos (jovens), 49% tinham entre 35 e 55 anos e 35% possuíam mais de 55 anos.

Aqui, encontramos consonância com os estudos de caso realizados em outros países que apontam a desvalorização da produção para o autoconsumo e valorização dos produtos adquiridos nos mercados (HOWARD, 2003). Esses estudos indicam que a desvalorização da produção para o autoconsumo também levou à desvalorização do trabalho, saberes e *status* das mulheres nas famílias e comunidades, já que são as mulheres que realizam a produção diversificada para o autoconsumo. Da mesma forma, ocorre a erosão das culturas locais, de sua alimentação (culinária) tradicional, como aponta Mirian, ao afirmar que ao invés da nata, agora consome-se margarina, ao invés dos sucos de frutas nativas, consome-se refrigerantes. Essas mudanças levam não só a uma dependência, cada vez maior, do acesso ao dinheiro, dos mercados, mas também a uma deterioração da alimentação e qualidade de vida dessas pessoas, assim como, à perda da diversidade biológica e cultural, que são fundamentais para a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Lourdes lamenta que, atualmente, nas comunidades já não é costume mais a produção para o autoconsumo e, com isso, a troca de sementes da diversidade que se produzia para alimentação da família: “*os mais antigos trabalhavam assim, sem veneno, tinha mais a troca de semente, se trocava mais com os vizinhos. Hoje em dia, a minha vizinha ali, ela não produz, amendoim não produz, batata doce não produz. É vaca e bezerro, e não produz mais nada*” (Lourdes, Palma Sola/SC, 02/2020). Dessa forma, a camponesa evidencia como o enfraquecimento da comunidade gera o enfraquecimento das famílias individuais que resistem no campo. Se as famílias não produzem mais de forma diversificada para o autoconsumo, tampouco terão sementes para realizar o antigo costume de troca de sementes, conhecimentos e experiências.

Sendo assim, a decisão de parar de produzir de forma diversificada, para o autoconsumo, não impacta apenas a vida da família que fez esta opção⁵, afeta toda a comunidade remanescente que, aos poucos, enfraquece, pois vão quebrando os laços de sociabilidade. Forja-se, pouco a pouco, a cultura do individualismo, da ilusão de que é o

⁵ Por outro lado, por mais que possa parecer que a família faz essa opção de forma individual, a partir de sua liberdade de escolha, os(as) sujeitos(as) tomam decisões, contudo, a partir de condições as quais eles(as) não têm poder de escolha: eles(as) não escolheram viver em uma sociedade capitalista, não optaram pela chegada da Revolução Verde, pela deterioração de seus modos de vida etc. Contudo, a partir das condições dadas, ele(as) vão construindo suas histórias. Quando os(as) sujeitos(as) tomam suas decisões, na maioria das vezes, não compreendem que, as condições dadas também foram forjadas por seres humanos, logo, podem ser modificadas. Essa consciência faz toda a diferença. E é, justamente, neste âmbito que os movimentos sociais vão atuar: revelando que podemos, organizadas(os) coletivamente, lutar para modificar essas condições que nos oprimem e que vão muito além de decisões individuais.

dinheiro que gera a riqueza e não as pessoas através de seus trabalhos. Pouco a pouco, não há mais bens comuns, não há mais responsabilidade pela vida, nem pela própria vida. Os cuidados com a vida são “terceirizados” e, posteriormente, comprados no mercado (sementes, alimentos, remédios, entretenimento etc.) (MIES e BENNHOLDT-THOMSEN, 1999).

Mirian observa que, com essa perda da produção para o autoconsumo, a população do campo tem adoecido muito. Ela relata que há 120 famílias cadastradas na área em que a agente de saúde de seu bairro atende.

Dessas 120 famílias, de 60 anos pra cima, quem não toma remédio controlado somos só eu e o Vendelino. O resto, todo mundo, de alguma forma, de 60 anos pra cima, toma remédio controlado. É um desastre! Olha, você não faz ideia, quando você vai no posto de saúde. Que é o posto da doença, não de saúde, a fila tem 2 funcionários pra distribuir medicamento pras pessoas. Direto, de segunda a sexta feira, direto! De tanta gente que toma remédio controlado. É remédio pra diabetes, é remédio pra pressão alta (...) (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

Para além dessa perda de valores camponeses, é importante observarmos os possíveis conflitos de gênero que estão por detrás dessas modificações na vida no campo. A partir de uma das falas de Zenaide, podemos perceber que a produção para o autoconsumo passa a ser desvalorizada pela mulher porque, antes, ela não é só desvalorizada pelo homem, como inviabilizada pelo mesmo.

Se você sair pro interior, o que você acha de mulheres que elas têm aquele quadrinho de nada, restrito, pra elas plantarem alguma coisinha pra elas. Você não faz ideia! Aqueles homem, com a cabeça, que eu sempre digo, é lambari, com cabeça de tubarão. Que eles têm um monte de terra, mas é tudo pra plantar soja, plantar milho, plantar coisa pra vender! Pra fazer dinheiro. Mas o espaçozinho das abençoada daquelas mulher é tão pequenininho, é tão...e às vezes, os piores lugares que têm! Sabe?! Aqueles cantinho, que não tem como você produzir, fazer com que dê as coisas. Ou porque o terreno é desfavorável, ou porque é cheio de pedras, ou porque é perto de mato, de sombra, que não tem como produzir. E eles ainda dizem: “falei que não adianta, ó! Não dá nada! Perdendo Tempo! Vai me ajudar a fazer isso, vai me ajudar a fazer aquilo, que tu ganha muito mais!” (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Sendo assim, essa é uma questão que precisaria ser melhor estudada: quais motivos têm levado à perda da produção diversificada e os conhecimentos associados a ela? Será que é devido a uma desvalorização conjunta, da família como um todo? Ou,

será que a produção diversificada não está sendo feita, pois os homens têm inviabilizado esse trabalho das mulheres⁶?

Relações de Gênero

Estudos sobre o êxodo rural no oeste catarinense (SILVESTRO *et al.*, 2001; MELLO, 2006; DORIGON e RENK, 2018) atentam para o fato de que são as mulheres as que mais migram, levando à masculinização do campo. Mello (2006) e Dorigon e Renk (2018) ressaltam que os motivos que levam ao êxodo rural não dizem respeito apenas a questões econômicas, mas também à desvalorização do modo de vida da colônia (MELLO, 2006) e “impasses relacionados à questão da sucessão hereditária e do viés de gênero relacionadas à agricultura” (DORIGON e RENK, 2018, p. 126). Pois, “isto pode ser constatado em muitas unidades familiares em que o potencial sucessor deixa a propriedade em troca do trabalho assalariado cuja remuneração é menor a que ele obteria trabalhando no próprio estabelecimento familiar” (MELLO, 2006, p. 7). Nesse sentido, a cultura patriarcal, da dominação masculina, tem influência na desvalorização, pelas mulheres, do mundo rural camponês, fazendo com que estas prefiram migrar.

Os estudos sobre a masculinização do campo na região oeste de SC, corroboram com outros (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; COSTA e FROEHLICH, 2014; COSTA *et al.*, 2015). Eles apontam o costume da herança da terra ser sempre destinada aos homens, as mulheres tendo acesso a ela apenas através do casamento. Aliado a isso, o futuro sobre os estabelecimentos agrícolas tampouco eram (são) discutidos com as mulheres, assim como, a administração do dinheiro. Com a penosidade do trabalho no campo e a possibilidade de avançar nos estudos nos centros urbanos, as mulheres optam pelo êxodo rural (MELLO, 2006).

Analisando, especificamente, as relações de gênero, em relação à administração do dinheiro, Noemi afirma:

⁶ Em estudos de caso, em diferentes países, há diversos casos em que isso ocorre. Devido à cultura patriarcal, como são os homens que decidem sobre os usos das terras, com o avanço do capitalismo e da modernização do campo, se as terras que antes eram cultivadas pelas mulheres, passam a apresentar algum potencial de produção para vendas, os homens avançam para essas terras para a produção de mercadorias, em detrimento da produção para o autoconsumo das famílias e comunidades, levando à perda de poderes e status das mulheres (HOWARD, 2003).

Meu pai, por exemplo, se tinha dinheiro, era no meio da semana, no fim da semana, ficava no bolso dele. Ia pra roça com o dinheiro no bolso. Ai a minha mãe, ela tinha uma jarrinha, que às vezes ela vendia um kg de manteiga, uma dúzia de ovo, ela colocava lá o dinheirinho. Se precisava comprar um caderno, ou um chinelo pra alguém...ai era aquele dinheirinho (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

A violência financeira que as mulheres sofrem no campo, as deixam vulneráveis a outros tipos de violência, como ilustra a história de Ivanete, que presenciou violência doméstica durante toda a sua infância. “*Violência doméstica direto, desde que eu me conheço por gente. Ele [seu pai] batia na mãe, ele humilhava. Ele humilhava nós.*” (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020). Sua mãe demorou muito tempo para se decidir pela separação, pois ela tinha vergonha de ser vista como “mulher separada”. Mas, para além do sentimento de vergonha, havia outro motivo que impedia a separação: “*é porque ela pensava que não ia conseguir sobreviver. Quando ela tinha os filhos pequenos, ela achava que os filhos iam morrer de fome. ‘Como vou me sustentar, como é que eu vou fazer?’ A maioria das mulheres é essa insegurança financeira*” (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

Exemplo dessa importância econômica, na libertação das mulheres da violência de seus maridos, é o fato de que a mãe de Ivanete só se separou depois que se aposentou.

E ela está bem, agora tá com 70 anos. Minha mãe tem um namorado e sai pras matinê, e pros grupo de idoso, de oração, e ginástica. E nesse tempo que ela separou, ela viajou por tudo onde antes ela não podia ir. Ela visitou os primos, os parentes, foi pro Rio Grande, onde ela nasceu, visitar as tias, as primas, tudo! E antes, só ficar em casa, só trabalhar, não podia sair, não podia ir em lugar nenhum, não viajava, não passeava (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

No caso da mãe de Ivanete, percebemos que ela sofria diferentes tipos de violência: física, psicológica, emocional, patrimonial, financeira. Mas, percebemos que a imposição de isolamento social, do marido sobre a esposa (impedindo-a de viajar, visitar os parentes, sair), ele impunha, também, uma restrição nas relações sociais dela, logo, uma restrição da possível rede de conhecimentos que ela poderia tecer com seus contatos: troca de sementes, saberes, experiências etc. Ou seja, ele bloqueava o desenvolvimento de potencialidades, que poderiam levar à construção de conhecimentos, experiências, de mais consciência, com as diversas relações sociais que a mãe de Ivanete tinha a possibilidade de ter. Sendo assim, aqui observemos também uma violência epistêmica.

Atualidade: Práticas Produtivas e Comercialização em Palma Sola e Anchieta

A agricultura familiar, hoje, em Anchieta e Palma Sola, está baseada na produção de leite e criação de gado de corte. Lourdes afirma que as famílias agricultoras iniciaram o trabalho com a produção de leite quando apareceram os laticínios, viabilizando a comercialização do leite. Antes, o foco era a fomicultura e o plantio de grãos, como soja e milho. Segundo Noemi, em Palma Sola, o leite está sendo produzido também em propriedades que trabalham com o fumo e, em outras, com soja e milho (como ocorre no sítio de Ivanete, ela cuida das vacas e o marido da produção de grãos). Além disso, há algumas poucas famílias integradas na avicultura e na suinocultura.

Conforme Dorigon e Renk (2018), no oeste catarinense, estão alojadas as maiores empresas de produção de proteína animal do mundo, tais como: JBS, BRF, Aurora, dentre outras. Os autores também apontam que, “mais recentemente, o local tem atraído laticínios como a Piracanjuba, e as empresas BRF, JBS e Aurora passaram a investir no processamento de lácteos” (DORIGON e RENK, 2018).

Segundo Mirian, assim como ocorreu com a suinocultura em períodos anteriores (DORIGON e RENK, 2018), está ocorrendo na produção de leite. As empresas compradoras se tornam mais exigentes e passam a cobrar o uso de diferentes tecnologias, as quais apenas algumas poucas famílias têm condições de investir. Com isso, as que não conseguem se modernizar, não podem mais comercializar o produto e precisam buscar outras fontes de renda. A produção começa a centralizar-se nas mãos de poucas famílias, levando à diferenciação econômica e social das famílias no campo.

Hoje (...) quem não tem resfriador a granel, eles não carregam mais o leite. E muitos agricultor nem tinha mais condição de comprar o resfriador a granel. E ai tiveram que largar mão de entregar pra laticínios e (...) têm bastante agricultores que faltam, 3 ou 4 anos, pra se aposentar. Eles vão se obrigar a tirar nota de produtor ainda esses anos e estão fazendo queijo, dando queijo de graça quase aí nas comunidades (...) Porque tem umas vaquinhas. Eles não tem mais como sobreviver de outra coisa (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

Alternativas a este modelo têm sido buscada, sobretudo, pelos movimentos sociais da região. Contudo, como foi apresentado, com o êxodo rural, há um enfraquecimento nas redes de relações que necessitam de uma proximidade geográfica maior. Por exemplo, em relação à criação de diferentes estratégias para viabilizar a comercialização, que não dependa de uma empresa externa que se aloje no território, como os laticínios, as

fumageiras etc. Noemi afirma que a criação de uma cooperativa de produtores agrocológicos em Palma Sola é dificultada pelo fato das famílias viverem muito longe, umas das outras. Sendo assim, o custo de logística seria muito alto e, logo de início, essa cooperativa teria que dispor de um grande capital.

O incentivo para produzir de forma diversificada, sem venenos, envolve a viabilização da comercialização da produção. A produção de fumo, grãos e leite tem a vantagem de ter um comprador certo (e que busca a produção na propriedade). Em municípios pequenos e com a maior parte da população vivendo no campo, iniciativas como as feiras e políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são insuficientes para alocar toda a produção dos(as) camponeses(as), pois haverá mais alimentos do que consumidores.

Ivanete comercializa na feira local, contudo, *“eu levo na feira [abóboras], mas não sai, por causa que aqui todo mundo tem. Todo mundo tem um terreno e planta, tem uma chácara ou tem parente que leva do interior”* (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020). Sendo assim, há alguns produtos que ela consegue vender pela feira, contudo, o máximo que ela comercializa, por mês, é em torno de R\$300,00.

Tendo isso em vista, essa produção precisaria ser escoada para outras cidades, nas quais haja mais consumidores que produtores. Contudo, isso envolve uma organização e infraestrutura que consiga: organizar os(as) produtores(as), encontrar mercados, viabilizar logística de coleta e entrega de alimentos, processos e espaços de armazenamento desses alimentos e, tudo isso, atendendo às exigências da vigilância sanitária. *“Mas se você não tem incentivo como você vai se organizar? Vai precisar de infraestrutura, porque senão como vai conseguir levar? Caminhão, câmara fria... E tem a questão da legislação sanitária”* (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

A questão da atuação da vigilância sanitária foi abordada pelas camponesas como um entrave para o desenvolvimento e permanência da agricultura camponesa na região. Em 2014, Zenaide começou a planejar a produção de bolachas para entregar na alimentação escolar. Para ela, seria muito bom, pois produzia quase todos os ingredientes em seu sítio: banha, leite, ovos e açúcar. Contudo, a vigilância sanitária exigiu reformas em sua cozinha que requeriam um alto investimento, o qual ela não possuía. A comercialização nas feiras também foi restringida. Zenaide explica que, com as restrições

impostas pela vigilância sanitária, de uns dez anos para cá, só é possível comercializar os produtos *in natura*.

E daí como a vigilância foi apertando, apertando...as famílias acabaram, porque tinha muita bolacha, pão, cuca, o leite, o queijo, a manteiga, a nata. Isso, mais nada tu pode vender. Desde a mandioca, tu não pode mais vender mandioca descascada, só se for em casca. Então, os feirantes, o que eles perceberam? Não vale a pena você ficar o dia inteiro lá, pra vender alface (...). (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Zenaide avalia a atuação da vigilância sanitária de forma muito crítica e como mais um fator para desestimular as famílias a permanecerem no campo.

Se a pessoa me liga e diz, fulana, eu quero tal coisa, você faz? Sim eu faço. Se a pessoa vir aqui em casa pegar, não tem importância nenhuma. Se eu faço queijo, fulana diz: você tem queijo? Sim. Tô indo lá buscar. Se a vigilância ficar sabendo, não tem problema nenhum. Agora, se essa pessoa ligar pra mim e eu pegar o produto e levar lá, se a vigilância descobrir, se alguém me denunciar, eu perco tudo e ainda sou multada. Ai eu lhe pergunto, qual é a diferença de eu levar lá, ou da pessoa vir aqui buscar? Não é o mesmo produto?! Não é perseguição? Não é uma forma de acabar, de desestimular as pessoas de fazer as coisas? É isso! (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

A camponesa mesma já faz a análise desse processo todo:

E isso é porquê? Por causa das agroindústrias grandes. O queijo e o leite é porquê? Por causa dos laticínios. As pessoas querem muito mais o leite produzido pelo agricultor, o leite, do que aquele da laticínio, do que pegar o leite de caixinha. Então o que eles fazem? Vão por dentro do Estado, com seus deputados, “eu te ajudei a botar lá dentro, eu te elegi, agora você faça essa lei”. O consumidor acaba se obrigando a comprar, mesmo sabendo que não é o sabor, de uma qualidade, como daquele que ele pega do colono, mas porque não tem alternativa (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

O estudo realizado por Dorigon e Renk (2011) corrobora com essa análise feita por Zenaide. A pesquisa, sobre a comercialização de produtos coloniais em feiras realizadas em SC apontou que, essas feiras foram uma alternativa criada, justamente, como forma de criar um canal de comercialização para substituir aquele que foi perdido com a especialização e centralização crescente da suinocultura, que excluiu diversas famílias colonas desse processo. Contudo, como os produtos que começaram a ser comercializados nessas feiras eram os mesmos vendidos nos mercados pelas grandes agroindústrias, tais como: leite, salames, queijos, nata, manteiga etc.; e, a aceitação dos produtos coloniais era maior do que os das agroindústrias, devido à sua qualidade, ao seu sabor e à ligação de afetividade que gerava (pessoas que tinham saído do campo e ao comprar um queijo colonial conseguiam resgatar o “sabor” da infância). Com isso,

iniciou-se um processo de perseguição às feiras e, como foi exposto, só foi permitida a venda dos produtos coloniais se, a produção dos mesmos seguisse todos os parâmetros exigidos pela vigilância sanitária. Contudo, como apontou a pesquisa (DORIGON e RENK, 2011), quando a produção, por exemplo, do queijo, passou a seguir essas exigências, ele perdeu o seu sabor, qualidade, logo, os consumidores deixaram de comprá-lo.

Sendo assim, o que podemos perceber é um projeto que vai se territorializando, aos poucos, no campo, o qual busca impor o seguinte rumo: ou você se integra e vive em função das grandes agroindústrias, ou você não tem alternativas de renda, de vida, no campo. Diante deste cenário, cujas transformações negativas descritas começaram a ocorrer, sobretudo, a partir de 1980 na região, começaram a se formar os movimentos sociais e lideranças, nos municípios estudados, como forma de resistência e enfrentamento. E, é a partir da luta desses movimentos populares que vão surgir alternativas que permitem às famílias camponesas permanecerem no campo, sem perder seu modo de vida, autonomia e qualidade de vida. Dentre esses movimentos, temos o MMC, o qual iremos abordar a seguir.

Transformações a partir da participação no Movimento de Mulheres Camponesas

Relações de Gênero

Mirian acompanhou o desenvolvimento do Movimento de Mulheres Agricultoras⁷ (MMA) em Anchieta. No início, as lutas eram pelo direito das mulheres do campo à documentação pessoal, ao acesso à previdência, ao sistema de saúde e discussões sobre violência contra as mulheres.

As mulheres lá sentaram e foram vendo a necessidade. Porque que nós temos sempre que pedir pro nosso marido o que nós temos o que fazer? Quem cuida das sementes somos nós, quem cuida das miudezas somos nós, quem cria os filhos somos nós, tudo essas coisas. Vamos começar a mudar um pouco essa realidade que é sempre a mesma coisa. Ai elas foram (...) vendo a necessidade das mulheres se organizar. Primeiro, porque nós nem éramos consideradas agricultoras. Nós sempre fomos agricultora! Nossas avós, nossas bisas, todas mulheres agricultoras e ninguém era considerada como mulher agricultora. Por que não somos consideradas como agricultoras? Lá no documento, somos do lar! (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

⁷ Mirian iniciou sua participação na Pastoral da Terra em 1986, e no MMC, quando este ainda era o MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras) em SC, em 1992.

O MMA chegou em Anchieta através de Luci Choinacki⁸, que através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, foi organizando reuniões com as mulheres, ainda na década de 1980. “As mulheres se aposentavam com 70 anos e só ganhava um auxílio social, porque ela não era reconhecida como trabalhadora rural, como camponesa. E os homens, com 65 anos só” (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020). Aqui fica evidente as consequências da invisibilização do trabalho das camponesas. São consequências materiais e muito concretas: o não reconhecimento como trabalhadoras lhes retiram direitos, lhes retiram o acesso a recursos financeiros, como a aposentadoria.

Em Palma Sola, Noemi começou a participar das discussões com as mulheres em 1985, quando ocorreu uma atividade do Sindicato, que contribuiu na organização das mulheres e, posteriormente, na formação do MMA. Segundo Ivanete, foi Luci Choinacki quem organizou a reunião com as mulheres, em Palma Sola, em 1991⁹. “Loguinho as mulheres se organizavam e faziam as suas atividades, definiam as suas coisas, não era mais, vamos pedir para o sindicato se dá” (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020). Cada comunidade tinha uma liderança que criava a forma de reunir e gerar a discussão entre as mulheres, de acordo com a sua realidade. A relação com o marido, sobre sua participação no Movimento, teve que ser construída aos poucos: “Acho que em nenhum lugar é uma coisa muito fácil. Você tem que ir construindo” (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020). Pois, primeiro, sempre vem a cobrança sobre as tarefas das mulheres que deixam de ser feitas.

Às vezes não é tão fácil assim, você tem que enfrentar. Tem que ter os argumentos. Por isso que o Movimento, também, faz todo o processo de formação pra você entender. O processo de formação no Movimento é muito interessante porque você vai entendendo a realidade, vai conseguindo fazer o debate, fazer com que as pessoas entendam. (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

Assim como em outros municípios, a primeira discussão foi em torno da aposentadoria rural e o que era necessário para sua concretização: toda a documentação pessoal da agricultora.

Então, campanha de documentação...meu deus do céu...Isso até hoje não está resolvido, continua tendo mulheres sem documento. De você chegar, conversar com as mulheres e às vezes, tudo o que ela tinha era o registro de casamento e o título de eleitor, quando tinha muito documento. Ai tinha o título

⁸ Agricultora de Descanso/SC, elegeu-se, pela primeira vez, em 1987 como deputada estadual de SC, com forte apoio do MMA, movimento do qual ela fazia parte e ajudou a construir.

⁹ Segundo Noemi, em Palma Sola, participam regularmente das atividades do MMC, dentre 12 a 15 camponesas. Contudo, quando ocorrem mobilizações maiores, como alguma manifestação ou viagem, elas conseguem reunir um número maior de camponesas.

de eleitor, pra votar em quem o marido mandava. Mas, bloco de produtor, CPF, RG, isso até hoje não está resolvido (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

Na história de Zenaide¹⁰, quando ela começou a participar do MMC, seu primeiro e principal enfrentamento foi em relação ao seu pai. A camponesa havia residido vários anos na área urbana de Coronel Vivida/PR, e voltou ao sítio para cuidar do pai. Passado um tempo em que já estava vivendo e cultivando nas terras da infância, a irmã mais velha de Zenaide, Mirian (que também fez parte da pesquisa), a convidou para participar de uma reunião do MMC. E, no início, a relação com o pai foi difícil.

Ele achava que isso não tinha necessidade, não tinha importância. Ai eu ficava meio assim, porque como eu vim pra cuidar dele e eu tava com ele, na minha cabeça eu tinha que obedecer ele. Mas, ali dentro eu comecei a perceber que não, que eu não era mais dependente dele e que eu também tinha minha independência e que eu também tinha que me impor. Se eu achava que aquele encontro era bom, se eu achava que aquilo ia ser importante para mim, (...) eu tinha que ir, eu tinha que fazer, eu não tinha que fazer só as vontades dele, (...) (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Aqui percebemos o momento em que a camponesa questiona-se: por que tenho que aceitar sem contestação e reflexão? O que está de pano de fundo aqui são as relações de poder: quem define o que é certo e errado um(a) agricultor(a) fazer? Zenaide começa a questionar o poder absoluto de decisão dos homens. O marido trabalhava fora e ficava pouco tempo em casa, mas também tinha uma visão similar ao pai da camponesa. Contudo, aos poucos, Zenaide conseguiu mostrar a eles que não é porque ela estava “na estrada” que ela não estava trabalhando, indo atrás de conhecimentos para melhorar o trabalho no sítio. Além disso, ela começou a compreender que isso era um direito seu.

As primeiras vezes que eu comecei a sair, foi pra Chapecó. “Mas vai ficar tudo esses dias lá?! E em casa, como é que fica?” Eu tinha vaca de leite. Como é que eu fazia? Eu arrumava alguém pra tirar. (...) Foi indo. Ele foi percebendo que não adiantava proibir. Eu comecei a me impor. Não era só se: “ah...se o marido disser que dá pra ir, eu vou, se o pai disser que dá pra ir, eu vou. Não! Eu comecei me impor. A maioria dos homens, eles não vão jogar bola? Na bodega? Eles pedem pra mulher: eu posso ir lá fazer isso? Não! Eles não pedem. Então porque as mulheres tem sempre que pedir, eu posso? A mulher também tem que ter o seu tempo. Ela tem que ter a sua liberdade respeitada. E eu comecei a perceber isso (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Lourdes começou a participar no MMC com 21 anos, quando morava com seus pais (em 1986). A camponesa criou suas duas filhas sozinha, na casa de seus pais. Neste

¹⁰ Zenaide voltou para o sítio de seus pais em 2003, mas foi participar do MMC só mais tarde, por volta de 2005.

período, ela relata ter sofrido muita discriminação da comunidade. Sendo assim, ao participar do MMC, ela conseguiu apoio para superar o medo e vergonha que sentia, devido ao julgamento que as pessoas faziam dela.

[No MMC] foi onde eu me libertei né. Perdi aquele medo de conversar. Eu tinha medo de conversar com as pessoas. [Todo mundo julgava?] Ihh, eu escutei muitas vezes as pessoas dizendo pra mim, sabe como é que é. Eu ficava quieta. As mulheres [do MMC] foram me dando apoio. Parei de me importar com que os outros falaram. Foi bem importante. Daí perdi o medo de falar (Lourdes, Palma Sola/SC, 02/2020).

Ivanete informa que, o que mais a motivou a participar do Movimento foi a discussão sobre a violência contra as mulheres.

Porque eu presenciei muito na minha família, então, assim, eu me preocupo com as outras que sofrem violência e que ainda não conseguiram se libertar. No geral, dizem: “ahhhh, agora a mulher tá emancipada porque ela trabalha fora, ela tem o dinheiro dela, ela não sofre mais violência, porque ela tem direitos iguais”. Negativo! Dá pra ver agora como que tá a matança de mulheres e violência, de marido, batendo, espancando e matando mulher. Então, ela [a violência] está escondida. Tem mulher que sofre violência psicológica, outras físicas, outras patrimoniais. Eu fui descobrindo com o Movimento e me interessando em participar pra falar para as outras. Tipo, começar a dizer para elas: isso não é normal! (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

Na história de vida da camponesa após casada, ela informa que: “o dinheiro ficava com ele. Se eu precisava de dinheiro eu tinha que pedir para ele. Eu tirava leite, eu trabalhava feito uma doida, eu lavava roupa, cuidava das filhas dele, do meu filho, limpava a casa. Fazia tudo! Até quirera pros porco. Eu tratava porco!” (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020). E, ao pedir o dinheiro, o marido sempre questionava:

Era meu, mas toda hora que eu precisava, eu tinha que pedir para ele. “Ahh, quer dinheiro pra quê? O que que você precisa comprar?” Isso eu não gostava de fazer, ter que explicar para quê que eu quero dinheiro. (...). Eu comecei a dizer que eu não gostava de pedir dinheiro. “Eu trabalho a mesma coisa que você, e sempre eu tenho que te pedir dinheiro. Eu não gosto de ter que te pedir dinheiro!” Parece que eu tô mendigando, não é? Eu falei: “eu trabalho tanto quanto você, eu tenho tanto direito quanto você” (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

Ivanete afirma que após essa conversa, passado um tempo, eles abriram uma conta no nome dela. E, conforme a camponesa afirma, foi a participação no MMC que contribuiu para que ela tivesse elementos e forças para dialogar com o marido sobre essa situação. A camponesa compreende que a consciência sobre as relações de gênero que ela

tem hoje é fruto de sua participação no MMC. *“Todas as mulheres que participam do movimento, não são mais aquelas. Todas aquelas que já participaram de alguma coisa, ou de forma mais regular, elas se libertaram, ou estão se libertando da violência de todos os tipos: da patrimonial, psicológica, física”* (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

A partir desses diferentes relatos podemos identificar as diferentes discussões feitas no MMC, relacionadas às relações de gênero, vinculadas às realidades das mulheres do campo: reconhecimento como trabalhadora do campo, direito à previdência social, à documentação pessoal, participação e organização política, embate contra diferentes discriminações e violências de gênero (física, patrimonial, financeira etc.). Assim como, essas diferentes discussões repercutem de formas diferentes na vida das mulheres, conforme o contexto de vida de cada uma, ampliando a visão e contribuindo na construção de uma consciência mais crítica.

Ligada às discussões de gênero, em suas múltiplas dimensões, está presente no MMC, a discussão sobre o modelo de agricultura camponês e popular que possui forma diferenciada de relação com a natureza (em comparação com o agronegócio), como veremos a seguir.

Relação com a Natureza

Segundo Noemi, já na década de 1980, havia discussão no MMA (MMC) sobre os manejos agrícolas, sobre diferentes formas de cuidar da terra, e isso era explicitado pelos financiamentos que eram feitos pelos bancos, na época, os quais os juros eram muito altos.

Quando começa a discussão das políticas agrícolas, as mulheres começam a olhar os arredores da casa. Quando avança o acesso ao crédito e as famílias começam a perder as terras. Ai as mulheres começam a discutir: pô! Mais, que negócio é esse?! Que as famílias perdem as terras pro banco ou então as outras que dão conta de pagar o banco mas que, assim, em volta de casa, se tirou a fruteira até na porta, o jardim, a horta, tudo! (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

Noemi relata que, o que mais lhe chamou atenção no MMA (MMC), foram as discussões acerca dos manejos agrícolas.

Foi bem interessante, quando a gente começa a discutir, bem forte essa questão do veneno, do impacto na saúde, foi fazer uns estudos né, do que os venenos causavam, o glifosato, o que era? O 2.4-D (...) E essa questão assim da participação das mulheres na decisão, do que plantar, como plantar, depois

a gente veio na questão de discutir a violência contra as mulheres (...) (Noemi, Palma Sola/SC, 02/2020).

A camponesa sempre gostou de trabalhar na terra e tinha muita vontade de estudar. Contudo, devido às condições do campo, na sua infância ela estudou até a 4ª série, voltando a estudar apenas nos anos 2000. Dentro do Movimento, Noemi foi suprimindo a sua vontade de conhecer, de aprender mais. Em relação ao trabalho com os quintais produtivos, as camponesas estão dando atenção especial às sementes crioulas, buscando criar uma rede de camponesas que serão guardiãs de sementes¹¹.

Mirian informa que a discussão sobre sementes crioulas, dentro do MMA, surgiu por volta de 1998, mas que se intensificou quando o movimento se unificou com outros, formando o MMC, em 2004. Contudo, como em Anchieta, desde 1996, já havia a discussão sobre sementes crioulas, lá as mulheres já estavam envolvidas neste trabalho.

Segundo Mirian, a ideia de criar um projeto para fortalecer e resgatar a produção de sementes crioulas, em Anchieta, surgiu de dois técnicos da EPAGRI: Adriano e Ivan Canci. As(os) camponesas(es) começaram a se questionar: *“como que no passado os nossos pais produziam alimentos saudável, ninguém comprava semente na agropecuária, ninguém comprava nada, e as pessoas viviam bem, tinham alimentos, tudo?”* (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020). Esse questionamento levou à articulação de diversas pessoas que já estavam organizadas em diferentes movimentos sociais, sindicato etc. (MMA, MPA etc.). Posteriormente, no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as organizações de Anchieta escreviam projetos para angariar recursos para a formação e ações na região, fazendo avançar a discussão sobre as sementes crioulas e os saberes associados a elas. A camponesa afirma que as companheiras do MMC em Anchieta contribuíram para fortalecer o debate das sementes crioulas dentro do Movimento nacional, *“porque no MMC a gente vai buscar lá na base o que tem que fazer. (...) Então, são as companheiras lá que vão levantar o que nós temos...por exemplo, o que mais as mulheres precisam: cuidar das sementes? (...)”* (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

Nesse sentido, podemos observar a rede de sociabilidade (de conhecimento e ações) que é criada, entre diferentes iniciativas, mas que possuem um projeto de

¹¹ Em SC, cada militante terá que escolher uma semente, a qual ela se responsabilizará em cuidar, produzir, reproduzir, armazenar e compartilhar, quando necessário. Este levantamento elas já estão fazendo há um ano.

sociedade, de agricultura e vida no campo em comum que, ao se articularem, vão retroalimentando-se, uma fortalecendo a outra. Essa rede de organizações que estavam fortalecendo-se mutuamente, da qual o MMC fez parte desde o início, contribuiu para o próprio fortalecimento do MMC, que a partir dessas experiências motivou-se a criação da Campanha de Sementes Crioulas em SC (conforme apresentado por Gaspareto (2017) e pela fala de Mirian), gerando mais formações, encontros sobre o tema, fortalecendo-o cada vez mais.

A partir desse trabalho, surgiu a ideia da criação de uma cooperativa, para comercializar a produção orgânica do município: a Cooperanchieta¹² que, hoje, tem como presidente, uma das integrantes do MMC. Como vimos, é uma estratégia fundamental para a manutenção, não só das(os) camponesas(es) no campo, mas do manejo ecológico, garantindo um canal de comercialização para a produção diversificada.

Mirian avalia a importância dos conhecimentos construídos junto ao MMC. Devido aos desequilíbrios climáticos, os conhecimentos tradicionais não estavam sendo suficientes para garantir a qualidade da produção, o controle de ataque de insetos e doenças etc. Com a quebra das redes de sociabilidade locais, devido ao êxodo rural e desaparecimento das comunidades, tampouco havia a rede de construção de conhecimentos coletivos e ajuda mútua, como forma de refletir e propor alternativas para os problemas que surgiam. Com isso, a participação no MMC foi fundamental, pois através do Movimento novas relações foram tecidas, as quais permitiram a construção de novos conhecimentos para viabilizar a produção em tempos de mudanças climáticas.

Para Zenaide, participar do MMC fez muita diferença na forma como ela foi desenvolvendo seu manejo agrícola. Pois, como ela ficou muitos anos sem trabalhar no campo, além de perder a prática, muita coisa modificou-se. Ademais, quando ela voltou a trabalhar na agricultura, o pensamento que imperava era o da modernização. Sendo assim, ela não via importância em conservar e reproduzir as próprias sementes.

[Participar do MMC] mudou algumas formas de eu perceber a importância da gente ter [sementes], pois, quando eu era criança e solteira, minha mãe sempre teve, ela sempre produziu semente, sempre teve tudo. Não era de comprar. Ou era aquela espécie da troca, entre vizinhas, comadres, essas coisas. Quando eu vim em 2003, ir lá e comprar a semente e a muda, era mais prático. Então

¹² O foco da Cooperanchieta (Cooperativa da Agricultura Familiar Camponesa e de Economia Solidária de Anchieta) é a comercialização de cultivos orgânicos, produzidos pelas/os camponesas/es do município. Atualmente, a cooperativa recebe produtos de 8 a 10 comunidades de Anchieta. Ou seja, são ações, projetos, que têm contribuído para permanência das/os camponesas/es no campo.

assim: “ahhh, pra quê perder tempo fazer a semente? Pra quê perder tempo ficar guardando, cuidando?! Tem as mudas prontas! Tem as sementes prontas! Na minha cabeça estava assim, não tinha essa necessidade (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

O primeiro encontro que a camponesa participou do MMC abordou, justamente, os cuidados com as sementes crioulas e com o solo. Este primeiro contato despertou a curiosidade da camponesa. *“E cada encontro tinha algo que chamava atenção. O jeito da pessoa explicar, algo que eu percebia: “ah, lá na casa do pai eu posso fazer assim” (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).* Aos poucos, ao ir participando das discussões do MMC, ela foi compreendendo a importância dos cuidados com o solo, com as sementes etc. *“[Antes a Sra. plantava uma variedade só?] Uma! Tava bom! Dava pro gasto, pra que que eu vou plantar mais, se isso aqui é o suficiente, se já tá bom?! Hoje não, hoje tem o entendimento (...) porque cada variedade tem suas propriedades, tem seus nutrientes” (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).*

A discussão do manejo agrícola não está dissociada das discussões de gênero, uma vez que, culturalmente, são as mulheres quem trabalham com a diversidade em suas hortas e quintais produtivos, que conservam as sementes etc. Valorizar essa forma de trabalho e os saberes associados a ela, é valorizar o trabalho da mulher. Sendo assim, junto com as outras discussões de gênero, todas essas reflexões contribuem para a construção da autoestima da mulher camponesa, como veremos no próximo item. A reconquista da autoestima em ser camponesa é fundamental, se recordarmos da discussão inicial deste artigo, na qual mostramos o processo de desvalorização das(os) camponesas(es) e seus modos de vida, que impulsionou, junto com fatores econômicos, o massivo êxodo rural do campo, sobretudo, das mulheres.

Autoestima

Com o MMC, Mirian foi construindo o orgulho e a autoestima de se identificar como camponesa.

Na realidade a gente era agricultora (...) mas, você não tinha muita motivação para dizer que você era agricultora. Porque você nem era reconhecida como tal, né?! Mas hoje eu digo assim, a autoestima das mulheres mudou com a participação do MMC: eu sou agricultora! Eu tô produzindo comida! Na cidade, se não tem quem produz comida na roça, a cidade não vai viver! (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

A camponesa também desenvolveu a consciência da importância de seu trabalho na conservação do meio ambiente: *“Preservar a floresta, preservar a água, a terra, os insetos! A gente tem que preservar as coisas, para ter os insetos que fazem a polinização. Tudo isso é pra humanidade! Estamos cuidando das coisas que é para todo o povo. Esse é um benefício que não tem dinheiro que pague”* (Mirian, Anchieta/SC, 02/2020).

Ivanete afirma que, antes, não tinha orgulho em ser agricultora. *“Hoje sim. Mas, eu tinha vergonha. Mas, desde que eu comecei a participar do Movimento sempre foi falado que a gente tem que ter orgulho. Porque a gente faz uma coisa que serve pra todo mundo. A gente planta pra todo mundo comer, não é só pra nós”*. (Ivanete, Palma Sola/SC, 02/2020).

Segundo Lourdes, o MMC ajudou no fortalecimento de sua autoestima como camponesa. *“Eu tinha vergonha de ir na cidade porque a gente trabalha com terra, né? As mãos nunca tá aquelas mil maravilhas, eu escondia as mãos, os calos. Parei de esconder as mãos. Hoje eu tenho orgulho do que eu faço, é necessário isso”* (Lourdes, Palma Sola/SC, 02/2020).

No trabalho do cuidado da terra, do cuidado consigo e da(o) outra(o), Zenaide foi construindo sua autoestima ao se identificar como camponesa. *“A autoestima como camponesa foi fortalecendo ali, porque elas [MMC] trabalham muito isso mesmo. Você não pode estar arrumadinha, bonita, mas você tem a tua casinha, você tem toda uma produção bonita, cuidada de uma maneira bem saudável (...)”* (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020). A construção dessa autoestima perpassa por vários elementos que as camponesas vão tomando consciência a partir da reflexão sobre sua forma de fazer agricultura, seu modo de vida, da forma como ela se relaciona com a natureza e, a partir disso, a consciência de como seu trabalho, o seu agir no mundo, contribui para a sociedade como um todo e para a melhoria de sua própria qualidade de vida.

Às vezes, você tem que ir pra cidade, a mão tá encardida, tá craquenta de você trabalhar na lavoura. (...) Eu no começo, eu não dizia que eu era uma agricultora. Hoje não, hoje eu digo e não tenho vergonha. (...) Porque em primeiro lugar, o povo teria que entender que tem que produzir para matar a fome do povo brasileiro. Mas, não, primeiro é pra exportação. Se for analisar o colono grosso, que eles dizem, a camponesa, relaxada, que vem pra cidade com a mão meio encardidinha, é esse que tá matando a fome do povo brasileiro (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

A autoestima em reconhecer-se como agricultor(a) é um processo mais difícil para as mulheres. Pois, a perda dos valores do modo de vida camponês vem junto com a

imposição do modo de vida urbano, moderno, e dentro desse modo de vida existe um modelo ideal de beleza feminina. Em nossa sociedade não há apenas a exploração-dominância de classe, mas também a de gênero, raça e o cientificismo (impondo uma única forma aceitável de relação com a natureza). Essas explorações-dominâncias estão enoveladas e perpassam pelos corpos das pessoas que vão vivenciá-las de diferentes formas, dependendo de seus marcadores sociais: classe, gênero, orientação sexual, raça/etnia (SAFFIOTI, 2015), formas de se relacionar com a natureza etc.

Ao construir a autoestima como mulher camponesa é preciso contestar também esses padrões de beleza e definir a sua própria concepção do que é belo. A beleza passa a ser vista de uma forma mais ampla. Uma beleza que é construída a partir da forma que se vive, a partir das ações que se realiza no mundo, na geração de mais vida: “*dentro do movimento eu aprendi a manter certas coisas. A gente plantar uma flor, você poder dizer: ‘isso eu plantei, isso aqui eu fiz!’ A pessoa se sente bem, sabendo que aquilo lá tá ali bonito, porque ela fez, porque ela cuidou*” (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Nesse sentido, Zenaide critica a agricultura desenvolvida nos moldes da Revolução Verde, fazendo uma reflexão que vai além da compreensão de que este modelo de agricultura endivida as famílias camponesas e degrada o meio ambiente. Ela compreende como este modelo afeta a autoestima e a saúde mental das(os) trabalhadoras(es).

Porque você chega em uma propriedade, você olha, meu deus, não tem um pé de flor! Tudo passado veneno. Tá tudo limpinho! Mas não tem uma flor, não tem um nada ali ao redor. Como que essa família se sente? Levanta, abre a janela, tá tudo seco, tá tudo morto ao redor! Qual é a vida?! Quando ela abre a janela, que vida ela tá vendo? Eu abro a janela e eu vejo um monte de vida ao redor. Um dia eu vejo um passarinho cantando! Outro dia eu vejo uma flor diferente que abriu! Outro dia eu vejo um pé de fruta que tem algo amadurecendo! Isso é importante também pra gente. Isso ajuda a levantar a autoestima da pessoa. Em um lugar onde as pessoas não cuidam, não tem uma flor, não tem um verde, ao redor de casa, como essa pessoa vai ter autoestima? O dinheiro é importante, mas não é tudo. Ele te ajuda a suprir a falta de algumas coisas que você depende de comprar. Mas, ele não te dá a vida total. Vida é você vê aquilo que você plantou, às vezes você plantou uma coisa tão simplesinha, e quando tu vê, tá lá, bonito! Viçoso! É isso que dá vida! É isso que dá ânimo pras pessoas. É isso que faz você se sentir bem! Você respira o ar. Às vezes você abre a janela de manhã e tem alguma flor, nossa tem um perfume, uma coisa gostoso...isso é bom! Isso é vida! Mas, se você abrir a janela e você só vê lavoura, lavoura, não é uma vida plena de verdade (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

Esta reflexão nos remete à discussão sobre trabalho alienado de Marx e Engels (2009). A divisão entre trabalho material (físico/braçal) e espiritual (mental) separa

aqueles que pensam e planejam (no caso da agricultura chamada convencional: as agroindústria integradoras, as empresas de insumos agrícolas, os técnicos extensionistas etc.) daqueles que executam, os(as) agricultores(as). Dentro dessa divisão, como o foco é apenas a obtenção de lucro, nada mais é considerado. E, ao perder a “arte de fazer agricultura” (PLOEG, 2016), as(os) camponesas(es) perdem também seu potencial criador, na sua relação constante com a natureza. Com isso, esvai-se também, sua autoestima e saúde mental.

A camponesa afirma que, no período em que vivia na área urbana e trabalhava como assalariada, por um longo período, ela tomou remédios controlados, “tarja preta”. Ela relata que, passado um tempo, depois que voltou a viver no campo, ela se libertou desses remédios. *“Desde que vim pra cá, nunca mais tomei mais nada. Serviu ser agricultora? Colona? Serviu! E como serviu!”* (Zenaide, Anchieta/SC, 02/2020).

As camponesas ressignificam o sentido de beleza, realizam uma construção epistêmica ao reconceitualizar o que é belo. O que é “o belo” nos é informado o tempo todo, não necessariamente através de conceitos, mas de imagens, olhares, metáforas: são os *outdoors*, as propagandas, a televisão, a mídia, nossas relações sociais, vivências. Da mesma forma, a reconstrução do que é belo também ocorre pelas vivências, pelas novas experiências dessas camponesas que reconhecem que, o fruto do seu trabalho gera beleza, pois gera diversidade e vida. É a desalienação do trabalho: ver sentido no que se faz e a consciência de que, o que se faz, promove a vida.

Essa reconquista do poder de construção de conhecimentos gera “cura”. O padrão moderno de beleza é uma violência contra as mulheres. Mas, o corpo não está desvinculado do outro território de defesa: a terra. É a sociedade capitalista patriarcal moderna que realiza essas cisões, mutilando os saberes femininos, incinerando os conhecimentos ancestrais das mulheres que as conectavam com a natureza (interna e externa). Quando as camponesas começam a refletir sobre suas próprias experiências, elas encontram formas próprias de dar sentido as mesmas, vão compreendendo o por que se adoce e essa compreensão faz parte de seus caminhos de cura: é o autocuidado politizado ou o caminho cosmopolítico como nos falam as feministas comunitárias (CABNAL, 2010). Em suas reflexões, as camponesas compreendem que a alienação do trabalho, a alienação ser humano-natureza, é causa de enfermidades (individual e social). Sendo assim, essa tomada de consciência fortalece suas práticas e lutas.

Considerações Finais

As histórias de vida das camponesas pesquisadas revelaram uma trajetória que parte de um período no qual as comunidades rurais eram autossuficientes, tanto na produção dos elementos necessários para a reprodução da vida, como dos conhecimentos que estão por detrás desses trabalhos. Com a integração aos centros urbanos, surge a possibilidade de aumentar as vendas e compras de produtos de fora, criando um vínculo maior com a circulação de dinheiro. A partir da década de 1980, a modernização da agricultura chega com força na região estudada e, devido às relações de gênero locais, as decisões tomadas sobre as mudanças nos manejos produtivos é feita, sobretudo, pelos homens. Contudo, por mais que tenha ocorrido perda na diversidade produtiva como um todo, as mulheres conservaram suas práticas e saberes de produção diversificada preocupadas com a alimentação e saúde das famílias. Sendo assim, enquanto os homens foram, cada vez mais, integrando-se aos mercados e perdendo sua autonomia na construção dos conhecimentos, as mulheres mantiveram essa autonomia. Todavia, como foi visto, esses conhecimentos e práticas se tornaram, cada vez mais, desvalorizados e identificados como pobreza e atraso. Ademais, com o enorme êxodo rural, comunidades inteiras foram desfeitas, impactando nas antigas formas de sociabilidade no campo que envolviam trocas de sementes, ajuda e saberes, com isso, prejudicando as antigas formas coletivas de construção de conhecimento. Somada a outras dificuldades vinculadas às relações de gênero (violências, sobrecarga de trabalho, desvalorização etc.), o êxodo rural feminino na região intensificou-se. O cenário atual, tampouco favorece a permanência e volta da população ao campo, tendo em vista a falta de apoio do Estado, ao esvaziamento do campo, as exigências da vigilância sanitária, dentre outros empecilhos. É a partir dessa conjuntura que o Movimento de Mulheres Camponesas atua, refletindo e construindo alternativas para um projeto de agricultura popular, que mantenha as pessoas no campo, com qualidade de vida e dignidade.

Sendo assim, a discussão sobre as transformações ocorridas na vida das camponesas a partir de sua entrada no MMC, revelou a importância de reconhecer a mulher do campo como trabalhadora, com isso, garantir-lhe todos os direitos. Desde a documentação pessoal até os direitos previdenciários. Nesse processo, as mulheres foram conquistando outros direitos, o “sair de casa”, organizar-se politicamente e refletir a partir de sua própria realidade e criar os sentidos de suas próprias experiências. Com isso, elas

foram ressignificando as antigas práticas e saberes tradicionais, resgatando sua valorização, compreendendo como são importantes para a vida de sua família, da sociedade como um todo, assim como, do planeta. Nesse processo, ocorre a construção da autoestima das mulheres camponesas. Elas começam a compreender a importância de seus trabalhos e se orgulham disso. Nesse sentido, valorizam, cada vez mais, a sua forma de construção de conhecimentos¹³, que ocorre através da práxis: da observação, experiência e diálogo com as demais companheiras.

Agradecimentos

Este trabalho fez parte de uma pesquisa maior de doutorado, no Programa de Pós Graduação XXXX. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro concedido através de acordo com a Fundação Araucária (Código de Financiamento: 001).

REFERÊNCIAS

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**, ACSUR-Las Segovias, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1999.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos. Políticas Públicas e Masculinização Rural no Rio Grande do Sul. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 27-54, mar.2014.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfo Edmundo. S; VALLE, Matheus Henrique. F. Análise dos Processos de Masculinização no Meio Rural dos Municípios Brasileiros segundo o Porte e Grau de Modernização da Agropecuária. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 21, p. 271-292, ago.2015.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Juventude Rural e Sucessão Profissional no Oeste Catarinense: um Balanço Histórico e Perspectivas Atuais. In: DINIZ, Fábio Homero

¹³ A pesquisa de doutorado de Gaspareto (2017) chegou a resultados similares, através de outras metodologias, na pesquisa de mulheres do MMC SC, de outros municípios do estado.

(ed. técnico). **Desafios e Perspectivas de Jovens Latino-americanos na Sucessão Familiar da Atividade Leiteira**. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura Familiar, Trabalho e Desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

GASPARETO, Sirlei A. Kroth. **A Construção de Saberes no Movimento de Mulheres Camponesas**: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2017.

HOWARD, Patricia L. (ed.). **Women and Plants**: gender relations in biodiversity management & conservation. London & New York: Zed Books Ltd, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017** Anchieta – SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017** Palma Sola – SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/palmasola/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, Márcio Antônio. Transformações Sociais Recentes no Espaço Rural do Oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. *In*: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

MIES, Maria. BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. **The Subsistence Perspective**: beyond the globalised economy. London and New York: Zed Books, 1999.

PLEIN, Clério. A Formação da Agricultura Familiar no Oeste de Santa Catarina: o caso das colônias Porto Feliz e Porto Novo. **Revista Faz Ciência**. v. 7, n. 1, p. 79-102, 2005.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a Arte da Agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**. v. 5, n. 7, p. 37-71, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; MELLO, Márcio Antônio de; DORIGON, Clovis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

| |
|--|
| Recebido em 02/03/2021. Aceito para publicação em 14/09/2021. |
|--|